

GRAMÁTICA, USO DA LÍNGUA E ENSINO

Vera Lucia Paredes Pereira da Silva
(UFRJ/CNPQ)

RESUMO

Neste artigo busca-se estabelecer uma correlação entre concepções de gramática, estudos sobre o uso da língua e suas implicações no ensino da língua materna na escola. Parte-se da clássica distinção entre as abordagens ao ensino, conforme Halliday et alii, 1974. Destaca-se o papel da abordagem produtiva e critica-se o foco da escola tradicional numa abordagem eminentemente prescritiva. Procura-se demonstrar a relevância de estudos do uso real da língua contemporânea, em contextos comunicativos específicos, para um ensino mais eficaz e atraente da língua nativa. Como evidências da distância entre a abordagem prescritiva, que toma como modelo uma única variedade de língua, e o uso efetivo dos falantes, examinam-se resultados de dois estudos sociolinguísticos variacionistas recentes: a variação no sujeito de segunda pessoa e a expressão variável da terceira pessoa no português carioca contemporâneo. Embora reconhecendo a escola como locus do ensino da variante padrão, reitera-se a importância de ali também se discutirem outras variedades. Sugere-se, seguindo Halliday et alii, que variedades mais presentes no uso cotidiano do aluno não sejam simplesmente alijadas, mas situadas no seu devido contexto de uso. Desse modo, acredita-se que será alcançado o principal objetivo do ensino de português: a apropriação, pelo aluno, de um maior número de variedades e o reconhecimento das situações de uso apropriadas a cada uma.

PALAVRAS-CHAVE: ensino produtivo, variação linguística, contexto, gêneros discursivos

O ensino da língua portuguesa, não é de hoje, propõe uma questão fundamental: que gramática ensinar na escola? Traz, também, de volta a velha interrogação que já Halliday et alii (1974) faziam, num texto hoje clássico: por que o falante nativo, que já sabe a sua língua, já a utiliza com desembaraço, precisa “aprendê-la” na escola? Ou, mais precisamente, por que se valoriza tanto o ensino prescritivo da gramática/língua? Os anos se passaram, teorias linguísticas se sucederam, contribuindo para aprofundar nosso conhecimento da natureza da linguagem e do funcionamento das línguas. Além do trabalho acadêmico, de divulgação mais restrita – dissertações, teses novas gramáticas descritivas surgiram², contemplando a modalidade oral do português brasileiro, além de um espectro mais amplo de usos escritos. Novos aspectos foram incorporados à descrição, como o reconhecimento da variação, a influência da situação comunicativa nas escolhas do falante, etc.

No entanto, para a população em geral, para as famílias que enviam seus filhos à escola ainda prevalece a expectativa de que eles “aprendam o bom português”, já que se trata de “uma língua muito difícil”, “não é qualquer um que a conhece bem”. E sentenciam: “Hoje se fala/escreve um português cada vez pior”. Vários autores têm se dedicado a confrontar essas questões (cf. BAGNO, 1999, 2001; SCHERRE, 2005 entre outros).

Ainda assim, vale a pena insistir e trazer à discussão mais alguns argumentos que ajudem a desfazer esses mal-entendidos.

Neste artigo, retomam-se alguns (pre)conceitos relativos ao ensino do português na escola e busca-se mostrar como um trabalho que tenha como referência a língua efetivamente em uso, nos mais diferentes contextos, pode contribuir para um melhor aproveitamento da atividade em sala de aula e preparar nossos alunos para atuarem de forma mais integrada na sociedade e mais eficiente no mercado de trabalho. Com isso a escola poderia realmente cumprir de forma mais proveitosa seu papel na promoção social do indivíduo e prepará-lo para o desempenho linguístico adequado às diversas situações de sua vida, explorando sua versatilidade linguística.

Para empreender essa discussão, parte-se do trabalho seminal de Halliday et alii (op. cit.), distinguindo as três abordagens ao ensino da língua materna – prescritiva, descritiva, produtiva – e exploram-se particularmente algumas possibilidades relacionadas ao último tipo.

Além disso, ao valorizar o papel do contexto no ensino da língua (e da gramática) vai-se buscar no conceito de gênero textual, onipresente

nos programas escolares e nos livros didáticos desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), um pano de fundo para a diversificação desse ensino escolar.

É preciso, contudo, que se esclareça: valorizar tais aspectos não significa o descarte do ensino da chamada variante padrão da língua. O que queremos destacar é que, em se tratando de língua, ao se mencionar um padrão *tout court* o que se tem em mente é um padrão linguístico ideal, e não real (cf. Rodrigues 1968); não se pode exigir dos aprendizes que o reconheçam com facilidade e o acatem de imediato, ajustando-se a seu uso nas diferentes situações de vida.

Pretende-se mostrar que o ensino da disciplina gramatical integrada ao contexto linguístico e a seu contexto de uso, que explore enunciados, e não apenas frases isoladas; com fatos reais da língua, e não dissociada da realidade do aprendiz, talvez sirva de motivação para o estudo de uma língua viva, pulsando no seu dia a dia e cujo conhecimento mais detalhado será considerado pertinente nos mais variados níveis.

Começamos recordando Halliday et alii (op. cit) e mostrando a importância de focalizar o ensino produtivo da língua. Retomamos algumas afirmações dos autores as quais, mesmo óbvias, depois de quase quarenta anos, ainda não tiveram a repercussão que merecem.

Discutimos, em seguida, a importância de reconhecer o fenômeno da variação, e para isso argumentamos com resultados recentes de pesquisas sociolinguísticas referentes a dois fenômenos variáveis do português brasileiro atual: o uso do pronome de 2ª.pessoa e a expressão do sujeito de terceira pessoa do singular.

No que se refere ao pronome de segunda pessoa, fazemos um breve histórico da oscilação entre as formas tu-você no português carioca, acompanhando seu percurso nos séculos XX e XXI. Apontamos mais uma vez a distância entre o que se prescreve na gramática e o que se ensina na escola, por um lado; e o uso real e atual de falantes cariocas, por outro.

Com referência ao segundo tema, mencionamos a diferença significativa entre a fala e a escrita, na representação do sujeito de terceira pessoa. Além disso, análises empíricas recentes, baseadas em diversos gêneros discursivos escritos, põem por terra a formulação básica tradicional: a de que o nome seria o introdutor do referente³ no texto e de que a essa primeira menção nominal devem seguir-se menções pronominais ou a anáfora zero. Nesse ponto, também recorreremos a análises

fundamentadas na Teoria da Variação e Mudança Linguística, de William Labov (1972, 1994) para comprovar nosso ponto.

Valorizamos a inserção dos fenômenos estudados no contexto, explorando o conceito de gênero textual sem, contudo fazer do gênero o polarizador de nossa atenção.

Em suma, destacamos a importância de discutir a gramática no seu contexto de uso, para que as variedades sejam reconhecidas, respeitadas e associadas às diferentes situações comunicativas que lhes são próprias.

Relembrando Halliday et alii

Halliday et alii (1974) propõem que é necessário distinguir três abordagens ao ensino da língua: a prescritiva, a descritiva e a produtiva. Grosso modo, pode-se dizer que a primeira representa a substituição de padrões já adquiridos pelo indivíduo por outros considerados “melhores”, critério esse de motivação estritamente social, imposto pelas convenções sociais. Já o descritivo, como indica o próprio termo, pretende levar o aluno à reflexão sobre o funcionamento da língua que ele efetivamente usa. Enfim, o produtivo concentra-se na aquisição de novas habilidades. Nos primeiros anos escolares, seu foco é o ensino da leitura e da escrita, mas, com relação à língua nativa, sua aplicação se estende ao longo da vida escolar, através da abertura do leque de usos das variedades de sua língua.

No artigo-referência dos autores citados, podem-se destacar várias afirmações extremamente atuais:

A justificação dele (ensino prescritivo) reside, conforme dissemos, não na língua inglesa (portuguesa), mas na atitude com relação à língua inglesa (portuguesa) de algumas pessoas que a empregam... (Convém) insistir na natureza inteiramente arbitrária das prescrições, todas as quais poderiam ser viradas de cabeça para baixo sem qualquer alteração da validade (HALLIDAY et alii, 1974, p.264).

Tais citações são pertinentes nos dias atuais, quando ainda vemos na mídia, de um modo geral, a crítica ferrenha aos “erros de português” cometidos por nossos estudantes, jornalistas, professores... aí incluindo igualmente desde questões ortográficas pontuais, passando pela concordância e regência, até chegar à falta de coesão e às incoerências do texto.

Por outro lado, o ensino produtivo visa a ajudar o aluno

a estender o uso de sua língua materna de maneira mais eficiente. Ao contrário do ensino prescritivo, o produtivo não pretende alterar

padrões que o aluno já adquiriu, mas aumentar os recursos que possui e fazer isso de tal modo que tenha a seu dispor, para uso adequado, a maior escala possível de potencialidades de sua língua, em todas as situações em que tem necessidade delas” (p.274) (grifos meus).

Por óbvia que pareça, tal proposta tem sido esquecida. Grande parte dos professores, talvez por inércia, continua a supervalorizar o ensino prescritivo e o ensino produtivo é negligenciado.

Uma palavra ainda sobre o ensino descritivo, cuja fronteira com o produtivo é muitas vezes difícil de estabelecer. Já em 1974, os autores (op. cit) salientam que, nessa abordagem, é importante valorizar o saber linguístico do aluno, sua própria produção oral ou escrita: fazê-lo falar/escrever, i.e. produzir enunciados em situações concretas, do seu dia a dia, e levá-lo a descobrir os diferentes efeitos nos ouvintes/leitores que suas produções acarretam. Numa palavra, uma descrição do uso linguístico, que leve em conta as diferenças de contexto.

Esses prolegômenos, decerto familiares aos leitores, fazem-se necessários para a sequência de nossos argumentos.

Teorias voltadas para o uso: gramática funcional e sociolinguística variacionista

A concepção de gramática aqui adotada se pauta pelo funcionalismo linguístico, na esteira de autores como Halliday et alii 1974, Halliday 1994, Givón 1995, Martelotta 2008, 2011, Butler 2003. Essa abordagem implica a adoção de alguns princípios, como a valorização das funções comunicativas da língua, a importância do contexto, o reconhecimento de motivações externas, de ordem pragmático-discursiva, na gramática. Opõe-se, assim, a uma visão de sintaxe autônoma, própria de abordagens formalistas. Nessa perspectiva, valoriza-se, pois, a análise do uso linguístico. Desse modo, levam-se em consideração aspectos que ultrapassam o estritamente formal: os relacionados à situação comunicativa, tais como os participantes do evento, o propósito comunicativo, enfim, o contexto discursivo como um todo (cf. PAREDES SILVA, 1988, p22-23). Não se trata de estabelecer um modelo idealizado de gramática, mas um conjunto de princípios capazes capturar a sistemática do funcionamento da língua, num dado meio e num determinado momento. Esse sistema incorpora a variação, mas rejeita qualquer caráter aleatório a ela atribuído. Discurso e gramática apare-

cem estreitamente relacionados, e a gramática é permeável ao discurso. É nela, entretanto, que se encontram estabilizados os usos de um determinado segmento temporal. Uma citação de Du Bois 1980 sintetiza tal perspectiva: “Grammars code best what speakers do most”⁴.

Sabemos, contudo, que as regras não estão “congeladas”: a língua é viva e o equilíbrio do sistema é instável, como já observava Saussure em 1916. Em outras palavras, a variação está sempre presente no sistema, ela lhe é inerente. A heterogeneidade é um fato inegável. Citando Lyons (1982), com relação à língua, existe uma espécie de ficção da homogeneidade: “a crença ou pressuposição de que todos os membros de uma mesma comunidade linguística falam exatamente a mesma língua” (p.35). Acrescenta o autor que só análises empíricas podem revelar o alcance desse postulado, pois, apesar de reconhecermos a existência de um sistema, não podemos ignorar as diferenças entre os diversos grupos de falantes.

Existe, assim, uma tensão entre aquilo que identificamos como um sistema estável e o que muitas vezes é apresentado como periférico: a variação. Esquecem-se as pessoas de que esta é inerente à língua e também ocorre de uma maneira sistemática, previsível, pode-se afirmar. Além disso, a variação é a origem da mudança linguística: se duas ou mais formas variantes entram em competição, uma delas poderá, com o tempo, suplantar a outra e assumir todas as funções, expandindo seus contextos de uso.

A associação de princípios funcionalistas a análises sociolinguísticas variacionistas tem-se mostrado profícua (cf. PAREDES SILVA, 1988; GRYNER 1990; PAIVA 1990, entre outros). Ambas as correntes partem do uso real da língua, valorizam o papel da frequência e levam em conta a correlação entre aspectos da situação comunicativa e as regras da gramática.

Mas é difícil para a escola absorver a variação. Em parte por toda a tradição prescritivista a ela associada e pelas expectativas nela depositadas pela sociedade, como acima já observamos; em parte pela própria dificuldade de a gramática incorporar o fato novo. Particularmente na língua escrita, que é muito mais conservadora do que a falada. Como bem observa Duarte (2001), a norma escrita do português brasileiro está a uma grande distância do uso da língua, particularmente do falado. Nesse ponto, de acordo com a autora, estamos bem distanciados do que ocorre no português europeu.

Ilustro a seguir essas considerações com dois fenômenos variáveis do português brasileiro: o pronome pessoal de 2ª pessoa e a expressão do sujeito de terceira pessoa.

A referência à segunda pessoa

Com relação ao quadro de pronomes pessoais no português brasileiro, as descrições linguísticas já avançaram muito mais do que os livros didáticos de nossas escolas ou do que a postura de nossos professores no século XXI (cf. ILARI et alii, 1996).

Tomemos um exemplo extremo: a segunda pessoa do plural vós. Que aluno médio das séries fundamentais terá tido a oportunidade de usar, ou minimamente ouvir essa forma e identificar as flexões verbais a ela associadas? A nosso ver, apenas aquele que tiver certo tipo de formação religiosa, sabendo-se que textos desse domínio discursivo ainda fazem uso do referido pronome, nas orações. Outra possibilidade remota são alguns gêneros do domínio jurídico⁵. Desse modo, a conjugação verbal decorada, “recitada” de formas (que ainda se pratica nas escolas), em que se incluem formas como cantariéis, cantardes, cantáreis, etc., torna-se difícil e enfadonha, uma vez que completamente dissociada da realidade do aluno.

No espírito da proposta de Halliday et alii (op. cit.), uma leitura dramatizada de textos reais, acessíveis aos alunos, em que ocorressem tais flexões, talvez pudesse minorar essas dificuldades, trazendo os usos raros e distantes da realidade de um aluno adolescente para um contexto real de ocorrência. Isso funcionaria mais como uma espécie de registro histórico ou uma extensão do uso a domínios discursivos⁶ menos familiares. Portanto, uma forma de ensino produtivo.

Quanto à segunda pessoa do singular, desde o modernismo o pronome original, tu, foi sendo suplantado por você na área do Rio de Janeiro (cf. PAREDES SILVA, 2000). Mas muito tempo se passou até que você ganhasse o estatuto de pronome, e não forma de tratamento, ou simplesmente a palavra você, conforme ainda designada por Mattoso Câmara Jr (1970). O autor, que procura descrever “o uso falado e escrito considerado “culto”, ou melhor dito, adequado às condições formais de intercâmbio linguístico” (op. cit., p.6) evita chamá-lo de pronome e afirma:

Outra possibilidade, que é a que funciona no dialeto culto da área do Rio de Janeiro, é usar para o ouvinte o verbo na terceira pessoa e marcar a posição do ouvinte, em relação ao falante, pelas palavras você (tratamento íntimo) e o senhor para tratamento mais cerimonioso. (MATTOSO CÂMARA JR op.cit. p.109) (grifo nosso).

No entanto, a forma tu nunca desapareceu. A tabela abaixo, extraída de Paredes Silva 2011, mostra os percentuais de uso das formas alternantes, incluindo o senhor apenas quando usadas como sujeito explícito⁷, num corpus de peças teatrais consideradas “leves”, na tradição da comédia de costumes.

		TU	VOCÊ	O SENHOR
Peças	Autor			
O namorado-1844	Martins Pena	6%	2%	17%
Quem casa quer casa-1845	Martins Pena	18%	1%	12%
Maldita parentela-1871	França Júnior	7%	9%	21%
Casa de orates-1882	Artur Azevedo	-	16%	17%
As doutoras-1887	França Junior	7%	1%	21%
O dote-1907	Artur Azevedo	15%	–	1%
Onde canta o sabiá-1922	Gastão Tojeiro	1%	40%	9%
O tenente era o porteiro-1938	Gastão Tojeiro	–	16%	15%
A vida tem 3 andares-1938	Humberto Cunha	3%	19%	18%
A garçonnière de meu marido 1949	Silveira Sampaio	6%	46%	17%
A falecida-1954	Nelson Rodrigues	10%	26%	11%

Tabela 1- A variação de tu-você em peças teatrais de 1844 a 1954 (apud PAREDES SILVA, 2010, p.249)

Observe-se, nesta tabela, o aumento sintomático do percentual de usos de você na peça de Gastão Tojeiro, Onde canta o sabiá, escrita exatamente no ano do Manifesto Modernista no Brasil (1922), que tanto reivindicava a valorização da língua “brasileira”. Dessa data em diante, o uso de você sempre prevalece sobre o de tu.

Por outro lado, A falecida, de Néelson Rodrigues, apesar de já pertencente à segunda metade do século XX, foi inserida neste conjunto, uma vez que o autor se revela um seguidor dos padrões gramaticais vigentes e faz uso do pronome tu acompanhado da flexão verbal correspondente.

Ao mesmo tempo, desde a década de 50, peças teatrais de natureza mais popular já revelavam uma tendência que se vem difundindo cada vez mais: o pronome tu acompanhado de verbo na terceira pessoa do singular, num uso não padrão. Nessa época, aparecia na fala de personagens marginais ou de baixa condição social. (cf. PAREDES SILVA, 2000, 2011).

A tabela abaixo mostra os resultados referentes à segunda metade do século XX, em algumas de tais peças. Todos os usos são de tu não padrão, ou seja, acompanhado de verbo na terceira pessoa. Destaquem-se os personagens Pedro Mico e Gimba, moradores de favelas. No texto de Falabella, o uso não padrão aparece em pessoas simples, porém não marginais: bilheteira de cinema, manicure, jovem estudante.

		TU	VOCÊ	O SENHOR
Pedro Mico- 1957	Antônio Callado	27%	61%	–
G i m b a - 1959	Gianfrancesco Guarnieri	90%	–	–
Rasga coração- 1974	O d u w a l d o Vianna Filho	1%	88%	2%
O último carro- 1980	João das Neves	22%	25%	10%
No coração do Brasil- 1992	M i g u e l Falabella	23%	62%	9%

Tabela 2- A variação de tu-você em peças teatrais da 2ª metade do século XX. (apud PAREDES SILVA, 2010, p.250)

Do ponto de vista de uma gramática do uso, não podemos descartar essas ocorrências e ao mesmo tempo devemos tentar entendê-las no seu contexto.

Pesquisas posteriores (cf. PAREDES SILVA, 2003) e atualmente em curso (PAREDES SILVA, 2012) têm mostrado a evolução e o crescimento desse fenômeno. Examinando conversas no meio digital, através da ferramenta facebook, sob nossa orientação, Lima (2012), por exemplo, encontrou em síntese os seguintes resultados: do ponto de vista de variáveis externas, o gênero/sexo do falante mostrou-se bastante significativo, comprovando os resultados já obtidos em Paredes Silva (2003), com os homens usando mais a forma não padrão do que as mulheres. Também se considerarmos a interação, veremos um gradiente, de acordo com o interlocutor: homem-homem, homem-mulher. Para as mulheres, falar entre si ou com homens pouca diferença faz. A propósito, vejam-se as tabelas 1 e 2 abaixo, extraídas de Lima (2012):

	Apl/Total	%	Peso Rel.
Homem	92/188	48%	.64
Mulher	67/257	26%	.39
Total	159/445	35%	

Tabela 3: Influência do fator sexo/gênero no uso do pronome tu vs. você (corpus LIMA, 2012).

	Apl/Total	%	Peso Rel.
Homem-Mulher	72/154	46%	.62
Mulher-Homem	29/104	27%	.41
Homem-Homem	20/35	57%	.71
Mulher-Mulher	38/152	25%	.38
Total	159/455	35%	

Tabela 4: Influência do fator interação entre sexos no uso do pronome tu vs. você (corpus LIMA, 2012).

Note-se que os informantes a que se referem esses números são todos jovens universitários. O grau de intimidade entre eles é alto. Embora ainda prevaleça o uso de você (75%), lembremos de que se trata de escrita, ainda que extremamente informal. De fato, o gênero discursivo que se tem mostrado mais propício ao uso de pronomes de segunda pessoa de referência específica (sejam eles quais forem) é a conversa face a face (cf. PAREDES SILVA, 2003).

Interessante observar que as formas podem alternar-se, às vezes num mesmo turno de fala, e em contextos extremamente semelhantes, como no caso abaixo:

1) Já que VC vem p cá, VC quer que eu leve as coisas da Leticia p facul ou TU pega aqui em casa?"⁸ (corpus LIMA, 2012).

Com relação à influência da variável gênero/sexo, esses resultados mostram-se consistentes com pesquisas anteriores, na área do Rio de Janeiro, sobre o uso do pronome tu em contexto não padrão: são os homens, jovens, os mais tendentes a esse emprego. Contudo, Scherre & Yacovenco (2011), num minucioso levantamento da alternância tu/você nas várias regiões do Brasil, encontraram resultados divergentes, com relação à mesma variável, a depender da região. As autoras apontam que, em casos como o do Rio de Janeiro, a preferência pela forma não padrão entre os homens é motivada por relações mais solidárias e coesas entre os grupos masculinos, o que se confirma com os resultados da tabela 4, em que se considera a interação entre os sexos. Cabe elevar ainda o clássico postulado de Labov de que as mulheres tendem a ter um comportamento mais conservador em matéria de língua.

Não podemos fechar os olhos a essa “estranha combinação” de pronome de segunda pessoa com flexão verbal de terceira. Também acreditamos que a sala de aula seja o lugar apropriado para apresentar a flexão padrão aos que não a usam/conhecem. Trata-se, sem dúvida, de uma questão pedagógica delicada. Mas certamente não será o risco verdadeiro, substituto da antiga palmatória no efeito corretivo, a melhor solução. Voltamos a Halliday et alii (op. cit.) e à necessidade de atrair os alunos através das diferentes situações comunicativas (e isso envolve, naturalmente, os gêneros textuais). Expor e identificar diferentes situações de uso, discutir com os alunos as expectativas criadas em torno de cada uma delas talvez seja um caminho mais apropriado e mais bem aceito pelo aprendiz. A diferença entre o uso pronominal em conversas de bar, entre amigos em redes sociais ou entre familiares tem que ser diferenciada de outras instâncias, menos familiares. E assim

como os pronomes devem se ajustar, também o léxico, a concordância, enfim, os demais aspectos da gramática que diferenciam o uso padrão de um uso estigmatizado.

Fato digno de nota é o de encontrarmos o pronome tu em posição de oblíquo, indicando uma expansão dos contextos de uso.

2) Tava ouvindo Bread, aí lembrei de tu. (corpus LIMA, 2012)

Veja-se, na tabela 3 abaixo, como se deu a distribuição das ocorrências no corpus já mencionado, de acordo com a variável função sintática:

Função	Apl/Total	%	Peso Relativo
Sujeito	145/401	36%	.49
Objeto	14/44	31%	.50
Total	159/445	35%	

Tabela 5: Influência da função sintática no uso de tu vs. você (corpus LIMA, 2012)

O que se observa na tabela é que, apesar de em número bem menor (totais), a frequência de uso do tu não padrão como sujeito ou objeto (oblíquo) é quase a mesma.(36% vs. 31%) Obviamente essa variável não foi considerada significativa pelo programa GOLDVARB. Mas tais resultados evidenciam o crescimento no uso de tu precedido de preposição, um uso que se destaca ainda mais frente ao padrão.

A propósito, cabe registrar um uso oral recente colhido por nós numa situação um pouco menos informal: uma sessão de fisioterapia. O informante, no caso, um jovem carioca de 23 anos estudante de Curso Técnico de Agronomia, dirigiu-se à fisioterapeuta, de cerca de 50 anos, da seguinte forma, numa situação em que ela fazia muita força com outro paciente. Note-se que não era um oferecimento a sério:

3) Quer que eu puxe aí pra tu?

Assim, nesse estudo mais recente, constatamos uma ligeira expansão da forma tu precedida de preposição, o que faz pensar numa difusão de contextos, na linha de Weinreich, Labov e Herzog [1968] 2009:

Uma vez que a mudança linguística está encaixada na estrutura linguística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema. Tal generalização não tem nada de instantânea, e a mudança na

estrutura social da comunidade geralmente intervém antes que o processo se complete (WEINREICH, LABOV & HERZOG, op.cit.124).

Sabemos que um processo de mudança linguística se dá de modo gradual, mas cremos que os dados que temos reunido ao longo dos últimos vinte anos oferecem indícios de que não estamos diante de uma variação estável, mas que uma mudança se anuncia.

Nos dados coletados mais recentemente (século XXI), não foi encontrado o pronome tu seguido da flexão verbal padrão (tu sabes) em contexto algum na fala carioca. Do ponto de vista do ensino da gramática, parece-nos um indício de que é impossível, para o professor de português, ignorar a variação em pauta na fala de seus alunos dos segmentos fundamentais. Estratégias terão de ser aplicadas, explorando diferentes situações discursivas – diferentes gêneros. Outra possibilidade, ainda na linha de Halliday et alii (1974), é dar voz aos alunos para que, usando de criatividade e capacidade de observação, eles mesmos produzam enunciados com as diferentes variantes à maneira da proposta de Franchi, 1996, por exemplo. O que não se pode fazer é ensinar a conjugação verbal, na forma de um paradigma decorado com suas seis pessoas: eu vou, tu vais, etc. vós ides(!), eles vão.

A representação da terceira pessoa

Outra questão em que o uso da língua se distancia significativamente do que se costuma ensinar na escola diz respeito à representação da terceira pessoa. Quem de nós não ouviu uma professora definir o pronome como “o substituto do nome?” Não cabe aqui entrar no mérito da distinção entre os verdadeiros pronomes (1ª. e 2. pessoa) enquanto designadores de pessoas do discurso (Cf. BENVENISTE 1971). Nosso interesse é tão somente a relação nome-pronome na terceira pessoa, a não-pessoa. Em Cunha (1970, p.200), na seção dedicada aos Pronomes Pessoais, uma das características a eles associadas é “poderem representar, quando na terceira pessoa, uma forma nominal anteriormente expressa”. Em versão mais recente de sua gramática, Bechara 2003 traz o tema no item ANTITAXE ou SUBSTITUIÇÃO, conforme citação a seguir:

É a propriedade mediante a qual uma unidade de qualquer estrato já presente ou virtualmente presente (“prevista”) _ na cadeia falada pode ser representada -retomada ou antecipada- por outra unidade de outro ponto da cadeia falada (quer no discurso individual, quer no diálogo, podendo a unidade que substitui ser parte da unidade substituída, com idêntica função ou mesmo zero. É o fenômeno muito

conhecido no âmbito dos pronomes que “substituem” (= “representam”) lexemas (palavras ou grupos de palavras (...)) (p.49, grifo nosso)⁹.

A esses autores ditos “tradicionais”, convém acrescentar nosso primeiro linguista, Mattoso Câmara (1979). Na mesma linha de Benveniste (op. cit), afirma o autor:

É importante acentuar, contudo, o caráter categórico, um tanto peculiar, que tem esse pronome de 3ª.pessoa em face dos de 2ª. e 1ª.

Não passa, com efeito, de um substituto de um nome substantivo, a que necessariamente se reporta e consta explicita, ou implicitamente de contexto linguístico. Só, mediata e indiretamente, através desse nome substantivo, é que atinge o ambiente extralinguístico: ele está sempre em lugar de um substantivo, que, conforme o contexto linguístico, é – livro, jardim, operário e assim por diante” (CÂMARA JUNIOR, 1979, P.92) (grifos nossos).

Assim, alguns de nossos autores mais representativos nos levam a deduzir que o nome, utilizado para as primeiras menções de um referente no texto, não se repete, mas que as menções subsequentes do referente por ele introduzido se fazem pelo pronome ou mesmo pela anáfora zero. Não é isso, no entanto, que mostram nossas análises do uso.

Na fala, pesquisas já evidenciaram que existe um equilíbrio entre o uso de pronomes e anáfora zero (cf.PAREDES SILVA 2003b). No que se refere ao nome, este se faz presente particularmente na mudança ou retomada de tópicos discursivos, o que representa uma quebra na conexão discursiva.

Análises anteriores de material escrito atual, proveniente da mídia impressa, já comprovaram a correlação entre a escolha da forma de representação da terceira pessoa e o gênero/domínio discursivo em causa. Gêneros que exigem repetição do SN como elemento condutor do tema do texto, como é o caso de artigos de opinião, de tema geralmente bastante específico e, com frequência, escritos não por jornalistas, mas por especialistas da área, exibem, muitas vezes, a preferência pelo SN. A propósito, veja-se o exemplo abaixo:

4) Em 22 de janeiro de 1963, o presidente da França C. de Gaulle e o primeiro-ministro alemão K. Adenauer assinaram, no Palácio de Elysée, em Paris, o Tratado de Amizade entre França e Alemanha. Este acordo, denominado Tratado de Elysée, está completando 40 anos em 2003. Ø Representa um passo significativo no processo de conciliação entre os dois países vizinhos, colocando um ponto final na era das guerras sangrentas e na “hostilidade mútua”.

Observando-se melhor este tratado, pode-se notar que ele não só influenciou a relação entre França e Alemanha, como também a integração da Europa.(...)

O tratado estabeleceu uma cooperação não só no âmbito da política externa e de segurança(...) (Artigo de Opinião – Início de uma amizade histórica.O Globo, 01 2003).

No pequeno excerto do artigo, acima transcrito, vê-se que o tópico/tema principal é o Tratado de Elysée¹⁰. Observe-se que, uma vez introduzido o referente, ele é renomeado como acordo, mas a seguir, no início do segundo parágrafo o termo original tratado reaparece, assim como introduz o terceiro parágrafo. No segmento, apenas uma representação por anáfora zero, dada a alta conexão discursiva nesse ponto; e uma retomada como sujeito pronominal, num contexto também bastante previsível, já que a menção anterior do referente se faz em outra função (cf. PAREDES SILVA, 2003b).

O gênero notícia/reportagem, que envolve muitos participantes e precisa ser claro nas informações, também exige muitas vezes a repetição de um nome ou sua recategorização para que fique claro a quem se refere o enunciado. Considere-se, por exemplo, o caso abaixo:

5) O juiz João Marcos C.B. F. , da 8a. Vara de Fazenda Pública, indeferiu ontem o pedido de antecipação de tutela proposto pelo general do Exército brasileiro Luiz C. S. pleiteando a demolição do prédio do 19o. BPM (Copacabana), construído junto à Estação Siqueira Campos do metrô. O militar alegava que a construção afetava a privacidade no edifício xx da Rua Figueiredo de Magalhães, onde Ø tem um apartamento no segundo andar. (...)

Ontem, o juiz visitou o novo batalhão e em sua decisão considerou que a única reclamação pertinente feita pelo general havia sido resolvida - as caixas d'água que obstruíam a vista da varanda do militar foram trocadas por uma mais baixa. Sobre as demais queixas, o juiz escreveu: “A quadra de esportes se situa fora do alcance da vista da varanda do autor, não havendo como afetar a sua privacidade. (...)

(Notícia/reportagem - O Dia, 04-06-2003)

Na notícia do jornal O Dia, acima transcrita, podemos identificar dois personagens principais: um protagonista – o juiz – e um antagonista – um general, que é introduzido no texto com nome e patente; depois, referido através de um hiperônimo o militar; em seguida, retomado como general, novamente como militar e através da anáfora zero. Finalmente é recategorizado como autor, na fala citada de um juiz,

portanto, apresentado agora como parte de um processo judicial, numa outra instância discursiva. Desse modo, o texto ajuda o leitor a ir paulatinamente construindo esse objeto-de discurso, na sua manutenção/continuidade e ao mesmo tempo na sua evolução. Já o protagonista é sempre apresentado como o juiz – seu papel não muda ao longo do texto.

Exemplos como esse, em que nomes se alternam na indicação da continuidade referencial/tópica e da evolução de referentes no discurso, são muito frequentes na mídia impressa. Tente-se, como um exercício, substituir por pronomes os nomes utilizados, ou melhor, retomar os referentes por formas pronominais, e veja-se o resultado. Note-se que com isso cai por terra a ideia expressa nas gramáticas de que cabe ao nome introduzir a entidade, que depois se espera seja retomada pelo pronome ou pela anáfora zero (Cf. PAREDES SILVA, 2008). A tabela abaixo, extraída de Paredes Silva (2012), evidencia como os nomes prevalecem nas retomadas em todos os gêneros da imprensa escrita analisados, com ligeira queda nas crônicas, mais próximas da oralidade.

	Crônicas		Notícias		Cartas leitores		Art.Opinião	
SN's	406	55%	520	73%	466	69%	526	69%
Pronomes	165	22%	97	14%	94	14%	148	19%
Zeros	172	23%	97	14%	108	16%	88	12%
Total	743		714		668		762	

Tabela 6 - Visão geral da expressão variável de 3apessoa na mídia impressa. (apud PAREDES SILVA, 2012, p.291)

Considerações finais

Os fenômenos acima analisados evidenciam a distância entre o que a gramática prescreve para a modalidade escrita culta e o que o falante, mesmo culto, usuário da variante padrão, se vê na contingência de usar em função do contexto e dos diferentes propósitos comunicativos. (vide particularmente o caso da expressão da 3ª.pessoa)

A familiaridade dos alunos com diferentes usos associados à fala e à escrita tem de levar em conta sua contextualização: todo gênero se insere numa dada situação comunicativa e tem traços estáveis que nos permitem identificá-lo. Isso implica ainda reconhecer os diferentes

domínios discursivos (jornalístico, acadêmico, religioso, etc) a que se vinculam tais gêneros e seu conjunto de propósitos, o que acaba por refletir-se no estilo ou registro adotado.

O falante não é insensível a essas diferenças, ao contrário, não podemos subestimar sua capacidade de reconhecê-las. O risco da abordagem predominantemente prescritivista na escola, endossada e muitas vezes desvirtuada pelos meios de comunicação, conduz ao "endeusamento" do português "correto", perpetuando a tendência a tomar uma variedade da língua como a língua, única, o ideal do bem-falar que se espera que a escola ensine. Correto em que circunstâncias? Em que modalidade? Em que situação comunicativa? Em que gênero discursivo?

Todas essas considerações podem parecer lugares comuns, mas quando vemos uma matéria recente de um jornal da repercussão d'O Globo¹¹, criticando a prova do ENEM por propor questões que visavam justamente a verificar até que ponto o aluno é capaz de distinguir o uso da língua associado às diferentes situações comunicativas, vemos que pouca coisa mudou, desde a publicação de Halliday et alii 1974, com que iniciamos este artigo. Trabalhar com diferentes textos da fala e da escrita, usados em diferentes situações comunicativas, levar tal trabalho de leitura e redação para a sala de aula pode ser a alternativa para que o ensino do português se torne mais justificável e aceito pelo falante. Somente dessa forma o aprendiz poderá aumentar seu espectro de usos e tornar-se poliglota em sua língua. Que é, afinal, o que todos desejamos ser.

A língua é viva e está em constante mudança. Porém isso não interfere no seu caráter sistemático. E tal evolução se dá independente da vontade do falante e, acima de tudo, de qualquer tentativa de cerceamento feita pela escola. A língua segue o seu curso, independente da grita dos conservadores. E se quisermos dar a conhecer aos alunos a variante padrão, com que não estão familiarizados, não temos alternativa senão apelar para a proposta de Halliday et alii e lançar mão de recursos pedagógicos muito atraentes. Mas essa já é uma outra história....

ABSTRACT

This paper tries to establish a correlation among conceptions of grammar, language use and their implication on native language teaching. The classical Halliday et alii's (1974) approaches to language teaching are taken as first theoretical basis. Following the authors, the productive approach is emphasized and the overestimation of the prescriptive one is criticized. The actual usage of contemporary language, in specific communicative contexts (discourse genres) is detached, as it can approach language teaching to the students reality. Quantitative results of two variationist recent analysis on subject expression are brought as evidence of the distance between prescriptive approach and language real use. Although recognizing school as the place where students are supposed to acquire the patterns of formal language, we suggest that other varieties are not dismissed. On the contrary, they should be discussed in relation to their appropriate context of use. This could be a better way to succeed in improving native speaker's range of varieties and its adequacy to different contexts.

KEY WORDS: productive approach to language teaching, linguistic variation, context, discourse genres.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico. O que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *Norma Linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística General*. Mexico: SigloVeintiuno Editores, 1971.

CAMARA JR. J. Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CASTILHO, Ataliba T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

- CAVALCANTE, Monica et alii (orgs) *Referenciação*. São Paulo, Contexto, 2003.
- DUARTE, M.Eugenia L. Ensino da língua em contexto de mudança. In: *CADERNOS DO IV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA*, vol IV.no. 12, p.51-61 2001
- DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: J. HAIMAN (ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1980.
- HALLIDAY, M.A.K. *Functional Grammar*. London: Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M.A.K., MCINTOSH, A. & STREVENS, P. *As ciências linguísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- FRANCHI, Eglê P. O conflito sociolinguístico nos primeiros anos de escolaridade. Anais do Simpósio Nacional do GT de Sociolinguística da ANPOLL, Rio de Janeiro: CNPQ-UFRJ, 1996, p.117-132.
- GIVÓN, Talmy. *Functionism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- GRYNER, Helena. A variação de tempo-modo e conexão nas orações *condicionais do português*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro, UFRJ, 1990.
- ILARI, Rodolfo, FRANCHI, C. & NEVES, M.H. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, A & BASILIO, M. (orgs) *Gramática do Português Falado*. Vol. IV Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p.79-166.
- LABOV, W. (1972) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Philadelphia Press.
- _____. (1994) *Principles of linguistic change*, vol 1 Internal factors. Cambridge, Blackwell.
- _____. (2001) *Principles of linguistic change*, vol 2 Social factors. Cambridge, Blackwell.
- LIMA, Yalis Duarte R. A variação tu vs você na escrita digital de cariocas. Comunicação apresentada da XXXIV Jornada de Iniciação Científica da UFRJ, outubro 2012.
- LYONS, John. *Língua(gem) e Linguística*. Uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- MARTELOTTA, Mário E. *Mudança Linguística*. Uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011
- _____. et alii (orgs) *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- NEVES, M.Helena M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 1999.
- PAIVA, M.C. *Ordenação das cláusulas causais: forma e função*. Tese de Douto-

rado em Linguística. Rio de Janeiro, UFRJ, 1991.

PAIVA, M.C. M.E. DUARTE (orgs) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro, Contra Capa.

PAREDES SILVA, V.L. *Cartas cariocas. A variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado. UFRJ, 1988, 330p.

_____. Variação e funcionalidade no uso de pronomes de segunda pessoa do singular no português carioca. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 121-138, jul./dez. 1998.

_____. A distribuição dos pronomes de segunda pessoa na fala carioca ao longo do século XX. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2., 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ABRALIN, 2000. CD-ROM.

_____. (2003a) O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara. *Português brasileiro; contato linguístico, heterogeneidade, história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 160-169.

_____. (2003b) Motivações funcionais no uso do sujeito: pronominal: uma análise em tempo real. In: M.C. PAIVA, M.C. M.E. DUARTE (orgs) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro, Contra Capa, p. 97-114.

_____. (2007a) Continuidade de referência: nomes, pronomes e anáfora zero em gêneros da escrita e da fala. *Revista Linguística n. 3* Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ.

_____. (2007b) O uso da anáfora zero em textos jornalísticos. *Cadernos de Pesquisa em Linguística vol.3, n.1* Programa de Pós-Graduação em Letras. PUCRS, p. 52-61.

_____. (2008a) Desfazendo um mito: a repetição na escrita e suas funções. In: RONCARATI C. & ABRAÇADO, J. *Português Brasileiro II* Niterói, EDUFF.

_____. (2011) Notícias recentes da presença do pronome tu no quadro de pronomes no português falado no Rio de Janeiro. In: REBOLLO COUTO, L. & LOPES, C.R. *As formas de tratamento em português e em espanhol. Variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói, Editora da UFF, 2011, p.263-287.

_____. (2012) Variação nos processos de referenciação correlacionada a gêneros discursivos. *Revista do GELNE, vol.14* Nº Especial. Natal: EDUFRRN, 2012, p. 273-300.

_____. (2011a) A expressão do sujeito no português carioca contemporâneo: variação e mudança. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq (Vigência: março de 2012 a fevereiro de 2015).

PERINI, Mario A.. *Gramática do Português Brasileiro* São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Problemas relativos à descrição do português

contemporâneo como língua padrão no Brasil. *Actas do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea*. 1968, p.41-55.

SCHERRE, M. Marta. *Doa-se lindos filhotes de poodle*. Variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. & YACOVENCO, Lilian. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. ABRALIN, jul 2011.

WEINREICH, U., LABOV, W. & HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. (tradução de Marcos Bagno). São Paulo: Parábola, [1968]2009.

NOTAS

¹ Este é, inclusive, o tema de obra recente de Neves (2004).

² Cf. os vários volumes da Gramática do Português Falado, Editora da Unicamp; Neves (1999), Castilho (2010), Perini (2010), para citar apenas algumas.

³ Estamos utilizando o termo referente, por razões de ordem didática. Na perspectiva da linguística textual, com que comungamos, o referente não é uma entidade externa à língua, mas é construído ao longo do discurso, num processo de referenciação. Mas como este não é o nosso ponto central no artigo, remetemos os leitores a outros textos que aprofundam mais a questão, como os traduzidos em CAVALCANTI et alii (2003).

⁴ As gramáticas codificam melhor o que os falantes fazem mais.

⁵ Ainda assim, é provável que a forma verbal associada ao pronome *lhe* seja apresentada sem o *-s* final *vós fizeste0*, ou, por outro lado, que a flexão verbal de 2ª.pessoa do plural (*fizestes*) apareça associada ao pronome de segunda singular (*tu fizestes*).

⁶ Estamos adotando aqui o conceito de domínio discursivo conforme em Marcushi (2002), para designar um campo de atividade capaz de dar origem a vários gêneros.

⁷ No caso do pronome *tu*, a flexão padrão, usada na época, desfazia qualquer ambiguidade e permitia alta taxa de omissões, aqui não contabilizadas. Por esta razão, o somatório das porcentagens não é 100%.

⁸ Estamos mantendo a grafia original.

⁹ Observe-se que ao dizer “virtualmente presente” o autor está, de certa forma,

fazendo menção a anáforas indiretas.

¹⁰ Tomaram-se aqui apenas exemplos constantes nos três primeiros parágrafos. A retomada nominal, por repetição, repete-se ao longo de todo o texto.

¹¹ Título: Enem faz a mesma pergunta oito vezes. Sub-título: Das 45 questões do exame de Linguagens, boa parte enfatizou o uso polêmico de termos coloquiais. (O GLOBO, 09-11-2012, pág.22).

Data de recebimento: 20 de fevereiro de 2012

Data de aprovação: 20 de maio de 2012